

REQUERIMENTO N° , DE 2024

(Da Sra. DANIELA REINEHR)

Solicita ao Ministro da Casa Civil informações acerca da dispensa de licitação feita para compra dos móveis do Palácio do Planalto feitas no início do ano que teriam sido perdidos mas foram encontrados

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministro da Casa Civil informações acerca da dispensa de licitação feita para compra dos móveis do Palácio do Planalto feitas no início do ano que teriam sido perdidos mas foram encontrados.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

DANIELA REINEHR

Deputada Federal



JUSTIFICAÇÃO

Como amplamente divulgado pela mídia, no início do ano de 2023, o Presidente Lula, alegando que os móveis do Palácio do Planalto utilizados na gestão do governo Bolsonaro teriam sido extraviados, realizou a compra de móveis de luxo para a residência oficial, no valor de R\$ 196,7 mil com dispensa de licitação sob justificativa de que era de extrema urgência devido à ausência dos móveis que teriam sumido.

Acontece que a Presidência da República encontrou todos os 261 bens do patrimônio Palácio da Alvorada que estavam desaparecidos e que foram motivo de embasamento da dispensa de licitação. Lula e a primeira-dama Janja reclamaram das condições da residência oficial e apontaram que alguns móveis do patrimônio estavam faltando, quando Jair Bolsonaro e sua mulher Michelle Bolsonaro se mudaram do local.

O levantamento do patrimônio do Palácio da Alvorada, para o período de 2022, foi concluído no fim do ano passado, pela Comissão de Inventário Anual da Presidência da República. As atividades haviam apontado preliminarmente que 261 bens citados não haviam sido localizados durante os trabalhos. A Presidência da República então afirma que uma nova conferência havia sido realizada no início do ano de 2023, já durante a gestão de Lula. Então esse número de bens desaparecidos diminuiu para 83. Com a conclusão dos trabalhos, em setembro do ano passado, constatou-se que nenhum móvel ou bem do patrimônio do Palácio da Alvorada estava extraviado, caindo por terra a tese que justificou a compra exorbitante sem licitação.

A compra de móveis para o Palácio do Planalto sem licitação pelo presidente Lula é um exemplo gritante de como a falta de transparência e a possibilidade de favorecimento podem minar a confiança na gestão pública. Tal ato levanta sérias questões éticas e práticas que não podem ser ignoradas.

Em um país que luta constantemente contra a corrupção e a má gestão dos recursos públicos, é inadmissível que um presidente, figura de destaque e responsabilidade máxima, se envolva em práticas que vão de encontro aos princípios básicos da administração pública. A dispensa de licitação, além de ser



uma clara violação dos princípios da igualdade e da competitividade, abre espaço para possíveis esquemas de favorecimento e desperdício de recursos.

Ao agir dessa maneira, o presidente não apenas desrespeita as leis e normas estabelecidas para garantir a transparência e a eficiência na administração dos recursos públicos, mas também dá um péssimo exemplo para toda a sociedade. Isso cria um ambiente em que a impunidade e a falta de prestação de contas prosperam, minando os fundamentos da democracia e do Estado de Direito.

Além disso, a compra de móveis sem licitação levanta dúvidas sobre a real necessidade e prioridade desses gastos, especialmente em um país onde há tantas carências urgentes em áreas como saúde, educação e segurança. É um insulto aos cidadãos que pagam seus impostos esperando que o dinheiro seja utilizado de forma responsável e para beneficiar o bem comum.

Portanto, é fundamental que haja uma investigação completa e transparente sobre essa questão, e que sejam tomadas medidas para responsabilizar aqueles que agiram de forma imprópria. Além disso, é necessário fortalecer os mecanismos de controle e fiscalização dos gastos públicos para evitar que casos como esse se repitam no futuro. A integridade e a credibilidade das instituições democráticas estão em jogo, e é dever de todos zelar por elas.

Visamos, em razão do exposto, obter esclarecimentos sobre: **(i)** a fundamentação da dispensa de licitação; **(ii)** a lista dos imóveis que foram encontrados, com imagens que comprovem o estado do móveis para avaliação da necessidade de novos; **(iii)** a lista e os valores dos móveis de luxo que foram comprados pelo Presidente da República; **(iv)** como serão compensados os valores gastos desnecessariamente com móveis de luxo; **(v)** como será feita a prestação de contas ao TCU diante dos móveis que foram encontrados, visto que é dinheiro público sendo empregado nos gastos presidenciais imputando grandes gastos aos cofres públicos.

O mandato parlamentar que nos foi confiado pelo povo catarinense será honrado até o último minuto. Por isso, além de contribuirmos para o aperfeiçoamento da legislação brasileira, nossa atuação parlamentar está comprometida com a fiscalização do Poder Executivo Federal, motivo pelo qual



utilizaremos as informações solicitadas para avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade das medidas especificadas, considerando que o governo federal vêm fazendo cortes consecutivos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social mas em contrapartida não utiliza freios e nem medidas para os gastos do Presidente da República, em clara afronta aos interesses da população brasileira.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2024.

DANIELA REINEHR
Deputada Federal

